



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL**

PORTARIA Nº 118, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela [Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015](#) e tendo em vista o disposto na [Portaria PGR nº 458, de 2 de julho de 1998](#), bem como as informações constantes no Processo nº 77073-77.2014.4.01.3400;

CONSIDERANDO a denúncia oferecida pelo Procurador da República Ivan Cláudio Marx contra a indiciada pela prática do crime de inutilização de documento ([CP](#), art. 337), tendo promovido o arquivamento do delito de desacato ([CP](#), art. 331), alegando que referido crime seria incompatível com a [Convenção Americana de Direitos Humanos](#), bem como não teria sido recepcionado pela [Constituição Federal](#). O Juiz Federal, por sua vez, recebeu a denúncia no tocante ao crime previsto no art. 337 do [CP](#), tendo, no entanto, discordado do arquivamento referente ao crime de desacato ([CP](#), art. 331);

CONSIDERANDO a deliberação da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio do Voto nº 2177/2016 (fls. 129/131), de 17 de março de 2016, em que decidiu pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal;

CONSIDERANDO a delegação de competência feita pelo Procurador-Geral da República, nos termos da [Portaria PGR nº 458, de 2 de julho de 1998](#), a este signatário para designação de Membro para officiar em processos submetidos à deliberação do Procurador-Geral da República nos termos do art. 28 do [Código de Processo Penal](#), quando a manifestação conclusiva for pelo prosseguimento na apuração dos fatos ou oferecimento da respectiva denúncia;

RESOLVE:

Designar o(a) Procurador(a) da República titular do PRDF- 4º OFÍCIO e, nos seus impedimentos, os Procuradores que os substituírem, para officiar no Processo nº 77073-77.2014.4.01.3400

MARCUS MARCELUS GONZAGA GOULART

Procurador-Chefe

Este texto não substitui o [publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 25 abr 2016. Caderno Extrajudicial, p. 10-11.](#)

MPF
Ministério Público Federal